

Munique (1938) e as trompetas do Apocalipse anunciam a II Guerra Mundial¹

José Renato Ferraz da Silveira²
Gideon Henrique Gonçalves Maciel³

Resumo: A tradição teórica da tragédia - conflito não solucionado e insolúvel - é a formulação teórica que nos orienta a analisar o Acordo de Munique (1938). Partimos do pressuposto – num cenário confractual - que Inglaterra e França cedendo ou não a chantagem de Hitler no Acordo de Munique teríamos a antecipação da ocorrência da II Guerra Mundial (1º setembro de 1939). Ou seja, a inevitabilidade da guerra, numa perspectiva trágica, está ligada a política externa alemã (agressiva e expansiva) do III Reich e a política de apaziguamento de ingleses e franceses. Portanto, Munique é um ponto de inflexão na política de apaziguamento de ingleses e franceses. Utilizaremos dados, quadros, demonstrado que mesmo com o gesto patético e vazio do primeiro ministro Neville Chamberlain ao retornar a Londres e dizer que trouxe paz à Europa, houve aumentos significativos na produção armamentista de franceses, britânicos e alemães a partir dos meses seguintes a setembro de 1938.

Palavras-Chave: Munique. Neville Chamberlain. Hitler.

Munich (1938) and the trumpets of the Apocalypse announce World War II.

Abstract: The theoretical tradition of tragedy - unresolved and insoluble conflict - is the theoretical formulation that guides us to analyze the Munich Agreement (1938). We start from the assumption - in a confractual scenario - that whether England and France gave in or not to Hitler's blackmail in the Munich Agreement we would have the anticipation of the occurrence of World War II (September 1, 1939). In other words, the inevitability of war, from a tragic perspective, is linked to the German foreign policy (aggressive and expansive) of the Third Reich and the appeasement policy of the British and French. Therefore, Munich is a turning point in the appeasement policy of the English and French. We will use data, charts, demonstrated that even with Prime Minister Neville Chamberlain's pathetic and empty gesture of returning to London and saying that he brought peace to Europe, there were significant increases in French, British and German arms production from the months following September 1938.

Keywords: Munich. Neville Chamberlain. Hitler.

¹ O presente artigo é fruto de uma reestruturação de um paper apresentado na 7º ABRI (2019), Belo Horizonte.

² Doutor em Relações Internacionais. Professor Associado III do Departamento de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Maria.

³ Graduando em Relações Internacionais na Universidade Federal de Santa Maria.

1. Introdução

Em fevereiro de 1945, antes da Alemanha ser completamente derrotada na II Guerra Mundial, Hitler conjecturou: “Devíamos ter entrado em guerra em 1938... Setembro de 1938 teria sido a data mais favorável” (HITLER APUD HARRIS, 2018, p. 9).

A partir dessa afirmativa do líder nazista, podemos estabelecer algumas premissas para o presente *paper*: a) Munique (1938) estabelece, à priori, o fim da política de apaziguamento das democracias liberais (França e Grã Bretanha)? b) Munique poderia ter desencadeado a II Guerra Mundial caso britânicos e franceses não tivessem cedido a chantagem de Hitler, em relação aos Sudetos? A Alemanha estava em melhores condições militares do que britânicos e franceses num possível conflito em setembro de 1938? Por que a invasão da Polônia (setembro de 1939) cruzou a linha do moralmente tolerável e o Acordo de Munique (setembro de 1938) foi visto como um processo de revisionismo alemão – legítimo - do injusto Tratado de Versalhes?

São esses questionamentos que guiam o *paper*. As hipóteses do trabalho são: 1) demonstrar através de dados, quadros e outras evidências que Munique poderia ter desencadeado e antecipado a eclosão da II Guerra Mundial caso britânicos e franceses negassem as exigências de Hitler quanto aos Sudetos; 2) o Acordo de Munique modificou as relações entre a Alemanha, França e Grã Bretanha e foi um *turning point* na política de apaziguamento (*appeasement*) das democracias liberais.

O objetivo do trabalho é demonstrar, de forma ambivalente, o insucesso da política de conciliação de britânicos e franceses, em especial, do acordo de Munique e como o “êxito” das negociações de Munique impediu a emergência da II Guerra Mundial em setembro de 1938. Partimos de um viés teórico do realismo trágico – entendendo a política a partir de sua visão agônica: a) marcado pela incerteza, pela imprevisibilidade a qualquer momento acontece algo – não previsto – que muda o curso dos acontecimentos; a oscilação entre a ordem e a crise, a política é marcada por crises cíclicas e o tempo de ajustes e ordenamentos é breve; o conflito entre o desejável e o possível (o desejável não é alcançável e o possível que é difícil de ser executado); os sujeitos políticos que possuem limitadas escolhas e pouca margem de ação.

O trabalho divide-se em duas seções, considerando esta introdução. As hipóteses serão exploradas ao longo das duas subseções na primeira seção.

A seção inicial problematiza o acordo de Munique e apresentará dados, quadros,

ISSN 2596-1314

| | | | | |
|--|------------|------------|----------|--------------|
| CAMPOS NEUTRAIS REVISTA LATINO-AMERICANA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS | Rio Grande | v. 3, n. 3 | p. 04-26 | Set-dez 2021 |
|--|------------|------------|----------|--------------|

elementos comprobatórios para evidenciar que o setembro de 1938 é um prenúncio da II Guerra Mundial e a partir desse acontecimento, construímos um cenário contrafactual.

Na seção final, são apresentadas considerações finais, com a corroboração das hipóteses elaboradas inicialmente.

2. Desenvolvimento

2.1 A última palavra a Praga: Paz ou Guerra?

“A humanidade fortaleceu-se nas lutas eternas e só perecerá na paz eterna”, escreveu Hitler em *Mein Kampf*. A tragédia da política internacional europeia da década de 30 é caracterizada pelo abismo ideológico das democracias liberais que viam a paz como fim, e envidaram todos os esforços diplomáticos para evitar a guerra; e por outro lado, a Alemanha de Hitler que não desejava a paz e ansiava pela guerra. A expressão latina “Se queres a paz, prepara-te para a guerra” fez sentido neste contexto histórico europeu.

O presente trabalho aborda o Acordo de Munique a partir de uma visão trágica. Entendemos que o pensamento trágico contém um conjunto de chaves de compreensão das coisas que pode ser de grande ajuda a uma reflexão que proponha pensar a política. Por que? Pois pensar a partir da tragédia é um modo de lidar com o conflito, com a dimensão da contradição e de antagonismo sempre presentes na vida dos seres humanos e nas relações entre eles, e a questão do conflito é sempre um dos grandes problemas, um dos núcleos fundamentais da política. O conflito é o elemento constitutivo da política. O conflito, nada mais é que a realidade da política, seu factum, sua facticidade. É a matéria, o coração, o núcleo irredutível da política. A tragédia na política possui três visões interpretativas:

- 1) Tragédia é o conflito continuamente resolvido e superado na ordem perfeita do todo;
- 2) Tragédia é o conflito não solucionado e insolúvel;
- 3) Tragédia é o conflito que pode ser solucionado, mas cuja solução não é definitiva nem perfeitamente justa ou satisfatória.

A visão do estudo é a segunda tradição. Ou seja, a postulação da inevitabilidade e insolubilidade do conflito. O pensamento trágico, com efeito, na medida em que é um pensamento capaz de conviver com o conflito e de tentar pensar nele e a partir dele, – e não

apesar dele, nem muito menos contra ele - na medida em que tende a ver os seres humanos dominados pela contradição, por cortes e desdobramentos, pelas exigências contrárias de requerimentos incompatíveis. Ou seja, na atualidade, o pensamento da tragédia na política é especialmente apto para o estudo dos fenômenos políticos.

Posto estes elementos teóricos, vale ressaltar que no início de 1938, Hitler objetivava continuar desmantelando o castelo de cartas de Versalhes. Em 1936, a Renânia estava novamente militarizada. Em 1937, Lorde Halifax, o então ministro do exterior da Inglaterra, elogiou a Alemanha como bastião ocidental contra o bolchevismo e listou os itens em que “possíveis alterações poderiam ocorrer com o tempo. Dantzig, Áustria e Tchecoslováquia, na lista” (KISSINGER, 1999, p. 329). Ainda, de acordo com Kissinger (1999, p. 329):

O único embargo de Halifax referiu-se ao modo de realizar as mudanças. “A Inglaterra tinha interesse em que quaisquer alterações se dessem por evolução pacífica e se evitassem métodos sujeitos a provocar distúrbios de fortes consequências. (KISSINGER, 1999, p. 329)

Se a Inglaterra seguia com entusiasmo a política de apaziguamento em relação aos alemães, a França abraçava essa causa com certa desconfiança.

A política externa francesa tradicional de Richelieu – domínio sobre a Europa central e não permitir um país forte e rival nas suas adjacências - foi abandonada. “Fazia concessões gradativas aos alemães em troca de tempo e na esperança de, ao longo do caminho, ter os apetites alemães saciados ou o perigo afastado por algum deus ex machina” (KISSINGER, 1999, p. 329). No fim, ingleses e franceses concordavam que os propósitos da Alemanha deveriam ser atendidos na Europa Central, ou seja, a absorção de alguns vizinhos era possível, justificada e necessária. Podemos concluir desse *rationale* do apaziguamento, que a Tchecoslováquia foi condenada, não em Berlim, mas em Londres, em 1937.

No início de 1938, Hitler sentiu-se forte e amparado pelo apaziguamento inglês e francês, buscou cumprir uma estratégia de curto, médio e longo prazo. O primeiro alvo foi seu país natal – a Áustria.

Após um mês de ameaças nazistas e concessões, com ponderações adicionais, austríacas, em 12 de março de 1938, tropas alemãs entraram na Áustria. Não houve qualquer resistência e a população austríaca, grande parte delirantemente feliz, parecia mostrar que, privada do seu império e impotente na Europa Central, preferia um futuro de província alemã a um papel menor no palco centro-europeu (KISSINGER, 1999, p. 333).

Munique (1938) e as trompetas do Apocalipse anunciam a II Guerra Mundial
José Renato Ferraz da Silveira
Gideon Henrique Gonçalves Maciel

Os protestos frios de ingleses e franceses contra a anexação alemã da Áustria revelam a passividade da política de apaziguamento e a inação da Liga das Nações. Aparentemente, ingleses e franceses esperavam que o ímpeto expansionista de Hitler cessasse à medida que estivessem recolhidos à pátria todos os alemães étnicos.

Após a anexação da Áustria, a ameaça pesou sobre a Tchecoslováquia. “Como outros estados sucessores da Áustria-Hungria, ela era quase tão multinacional quanto fora o império” (KISSINGER, 1999, p. 333). Hitler julgara a Tchecoslováquia uma criação artificial de Versalhes, parceira estratégica da França, além de um rico território.

Vale destacar que em 5 novembro de 1937, Hitler esboçou sua estratégia de longo prazo.

A ocasião foi uma grande reunião com quase todos os oficiais-gerais da Alemanha, a quem Hitler se dirigiu, no dia 5 de novembro de 1937, fazendo uma exposição aberta e sincera de seus pontos de vista estratégicos. Seu ajudante de ordens, Hossbach, fez um registro detalhado. Nenhum dos presentes poderia reclamar, depois, que não sabia em que direção ia o líder. Hitler deixou claro que suas metas iam muito além de recuperar a posição alemã de antes da Primeira Guerra Mundial. O que Hitler esboçou foi o programa do *Mein Kampf* – a conquista de grandes extensões de terra na Europa Oriental e na União Soviética, para colonização. Sabia muito bem que um projeto desta natureza encontraria resistência. Esta política alemã terá de haver-se com os dois odiosos antagonistas – a Inglaterra e a França. Disse que a Alemanha passara por trás a Inglaterra e a França, em seu rearmamento, mas a vantagem seria transitória e diminuiria em ritmo acelerado depois de 1943. A guerra, portanto, teria que começar antes dessa data. (KISSINGER, 1999, p. 332).

Fica claro que Hitler aproveitou-se da política de apaziguamento de ingleses e franceses e o desejo de conquistas da Europa oriental e da União Soviética era uma “obsessão demoníaca”. E a guerra com ingleses e franceses seria inevitável em um determinado momento. O objetivo de Hitler era constantemente ameaçar a possibilidade de guerra e colocar ingleses e franceses em saia-justa. “Se a França e a Inglaterra atacarem, que o façam. É uma questão totalmente irrelevante para mim. Estou preparado para todas as eventualidades”. Telegramas dessa natureza e com teor arrogante e de intimidação eram rotineiros.

Pois bem, a Tchecoslováquia era o próximo passo desse grande projeto. Ela era política e economicamente o mais avançado dos estados sucessores.

Era genuinamente democrática, com um padrão de vida comparável ao da Suíça. Contava com um grande exército, parte considerável de cujo excelente equipamento era de desenho e produção tchecos; tinha alianças militares

com a França e a União Soviética. Em termos de diplomacia tradicional, portanto, não era fácil abandonar a Tchecoslováquia; em termos de autodeterminação, era igualmente difícil de defendê-la. (KISSINGER, 1999, pp.333-334)

A Tchecoslováquia possuía uma população de aproximadamente 15 milhões de habitantes. Havia 3 milhões e meio de alemães, próximo de um milhão de húngaros e quase meio milhão de poloneses. Ou seja, quase um terço não era nem tcheco tampouco eslovaco. Para complicar ainda mais, estas minorias viviam em territórios contíguos a suas pátrias étnicas, possibilitando reivindicações de unirem-se novamente às suas origens. E o Tratado de Versalhes legitimava essa narrativa à luz da ortodoxia da autodeterminação dos povos.

Já em 1937, Hitler começou a ameaçar a Tchecoslováquia a respeito dos alemães étnicos. “As ameaças, de início, visavam ostensivamente pressionar os tchecos a concederem direitos especiais à minoria alemã da “*Sudetenland*, como a propaganda alemã batizara aquele território” (KISSINGER, 1999, p. 334).

Em 1938, Hitler aumentou a agressividade de sua retórica em relação à Tchecoslováquia. Ele insinuava que anexaria os Sudetos ao Reich alemão pela força. Os franceses tinham uma aliança com os tchecos e os soviéticos também, será que protegeriam os tchecos de uma possível ação militar dos alemães? A Inglaterra optou, desde o início, pelo apaziguamento.

Em 22 de março, após a anexação da Áustria, Halifax deixava claro que se a França fosse defender a Tchecoslováquia, ela o faria sozinha. Dessa forma, Inglaterra e França davam um xeque mate uma na outra. A França estava acuada e reativa. A Inglaterra se apoiava na retórica da segurança coletiva e autodeterminação.

Alguns meses depois, os ingleses reforçaram sua postura de apaziguamento. “O gabinete inglês enviou uma missão investigadora a Praga, chefiada por Lorde Runciman, a fim de explorar possíveis meios de conciliação” (KISSINGER, 1999, p. 334). Até os Estados Unidos, talvez o grande responsável pela criação da Tchecoslováquia, dissociaram-se da crise, bem no início da crise. O presidente Roosevelt reforçou esse posicionamento com as seguintes palavras: “o governo dos Estados Unidos...não assumirá qualquer compromisso no curso das atuais negociações” (KISSINGER, 1999, p. 335).

No início de setembro de 1938, Hitler fez um violento ataque pessoal ao governo tcheco, na reunião do partido nazista, em Nuremberg. Chamberlain cedeu. O talento de Hitler para a guerra psicológica era impressionante.

Sem nenhuma exigência formal ter sido feita, nem haver quaisquer trocas diplomáticas, Chamberlain decidiu pôr fim à tensão, em 15 de setembro, visitando Hitler. Hitler mostrou seu desprezo ao escolher Berchtesgaden como local de encontro – o lugar na Alemanha mais distante de Londres e menos acessível. Naqueles dias, ir de Londres a Berchtesgaden exigia uma viagem de cinco horas de avião, que foi o primeiro voo de Chamberlain, aos 69 anos de idade (KISSINGER, 1999, p. 335).

Chamberlain encontrou-se com Hitler, ouviu suas razões e concordou com a anexação. “Após suportar várias horas do discurso grandiloquente de Hitler sobre alegados maus tratos aos alemães sudetos, Chamberlain concordou em cortar a Tchecoslováquia” (KISSINGER, 1999, p. 335). A França hesitou. Ingleses e franceses propuseram a Praga ceder os Sudetos em nome da paz. A “proposta” para Praga: “todos os distritos tchecoslovacos com populações mais de 50% alemãs seriam devolvidos à Alemanha”. O governo tcheco negou veemente essa “solução diplomática”.

Em 22 de setembro, em Bad Godesberg (Renânia), Hitler discordou dos procedimentos “demorados” de plebiscitos, distrito por distrito, e demarcações de fronteiras, exigindo a evacuação imediata de todo o território dos sudetos. A deadline de Hitler para evacuação imediata de todo o território dos sudeto deveria ser em 26 de setembro e encerrar em não mais de 48 horas.

No dia 26 de setembro de 1938, Hitler discursou no Sportpalast (Palácio dos Esportes) para uma plateia de 15 mil pessoas referindo-se a questão dos Sudetos.

“Metálico, implacável e ameaçador, autopiedoso e presunçoso, impressionante de uma maneira horrível, o discurso foi pontuado pelos golpes que Hitler desferia na tribuna e pelo rugido de quinze mil vozes gritando em apoio” (HARRIS, 2018, p. 14).

Hitler pontua que durante vinte anos, os alemães da Tchecoslováquia e o povo alemão do Reich tem contemplado um espetáculo de humilhações e de massacres das minorias alemãs nos Sudetos.

E em tom intimidatório, Hitler vociferou: “Eu declaro ao povo alemão: no que concerne aos questão dos Sudetos, minha paciência têm limites. Benes tem em suas mãos a paz ou a guerra. Ou aceita esta oferta e dá finalmente a liberdade aos alemães, ou nós iremos buscara liberdade. Que o mundo se dê por entendido.” Hitler ainda afirmou: “Sou grato ao sr. Chamberlain por todos os esforços e lhe assegurei que o povo alemão não deseja outra coisa senão paz. Também lhe garanti, e volto a enfatizar que, quando esse problema for resolvido, a Alemanha não terá mais questões territoriais na Europa.”

Para evitar a guerra, Chamberlain propunha “a velha ideia italiana de um Pacto de Quatro (Itália, Alemanha, França e Grã Bretanha). Ressalte-se que Chamberlain fez um comentário melancólico: “Ir à guerra por um país distante sobre qual nada sabia”.

Em Munique, berço do partido nazista, os quatro governantes se encontraram.

Pouco tempo foi gasto em negociações: Chamberlain e Daladier fizeram uma tentativa pouco entusiástica de retorno à proposta original; Mussolini entregou um documento contendo a proposta de Hitler em Bad Godesberg; Hitler definiu as questões na forma de um ultimato sarcástico. Como seu prazo final de 1º de outubro fizera com que ele fosse acusado de agir com violência, ele disse que a primeira tarefa era “perdoar a atitude de tão violenta pessoa”. Em outras palavras, o único propósito da conferência era o de aceitar pacificamente o programa de Hitler, de Bad Godesberg, antes que ele fosse à guerra para impô-lo (KISSINGER, 1999, p. 336).

A Conferência de Munique determinou o desmembramento da Tchecoslováquia para atender as exigências alemãs. Além disso, Alemanha, Grã Bretanha e França assinaram um pacto de não agressão. Como afirma Saraiva (2008, p. 165): “Os grandes se precavam à custa dos pequenos, cuja sorte traçavam a bel prazer”.

O Acordo de Munique significou a vitória dos instrumentos da diplomacia e acomodação sobre a *Realpolitik*? Ou era a constatação e percepção de ingleses e franceses que negociar com a Alemanha – ao fazer concessões - poderia estabelecer um padrão europeu mais durável? Ou reconheciam que estavam bem debilitados para uma nova guerra e tinham mais a perder?

Munique entrou para o nosso vocabulário como uma aberração específica – o castigo por ceder-se à chantagem. Munique, no entanto, não foi um ato isolado, mas a culminação de uma atitude que teve início na década de 20 e que se acelerava a cada nova concessão. Durante mais de uma década, a Alemanha vinha eliminando as restrições do Tratado de Versalhes, uma a uma: República de Weimar livrara a Alemanha das indenizações, do comitê de controle militar e da ocupação aliada da Renânia. Hitler denunciara as restrições aos armamentos alemães, a proibição do recrutamento, e as medidas de Locarno de desmilitarização. Mesmo nos anos 1920, a Alemanha jamais aceitara as fronteiras orientais, e os aliados nunca insistiram para que aceitasse. Finalmente, como se ocorrer, decisões criaram cumulativamente seu próprio impulso (KISSINGER, 1999, p. 337).

Por outro lado, Munique foi saudado com muito louvor pelos contemporâneos. Chamberlain foi visto como um “defensor da humanidade” e que trouxe “paz em nosso tempo”. Os líderes da Comunidade Britânica foram efusivos. O primeiro ministro do Canadá

escreveu:

Gostaria de transmitir-lhe as calorosas congratulações em nome do povo canadense e, com ele, expressar nossa gratidão, sentida de uma extremidade do território à outra. Meus colegas e o governo juntam-se a mim em sua admiração ilimitada pelo serviço que o senhor prestou à humanidade (KISSINGER, 1999, p. 338).

No entanto, apesar do deslumbramento da “comunidade internacional” com a paz acordada em Munique, o comportamento agressivo e hostil de Hitler em Bad Godesberg e em Munique esgotou as últimas reservas da política de apaziguamento e acomodação inglesa.

Embora tenha dito de forma estúpida e ingênua que trouxe “paz em nosso tempo”, quando retornou à Londres, “Chamberlain estava decidido a jamais ser chantageado de novo e deu início a um grande programa de rearmamento” (KISSINGER, 1999, p. 339). Ficou constatado que acordo e negociação eram impossíveis com a Alemanha de Hitler. “Os objetivos políticos do nacional-socialismo eram irracionais e ilimitados. Expansão e agressão faziam parte do sistema (...) (HOBSBAWM, 1995, p. 155).

Finalmente, Chamberlain reconheceu o fracasso de sua insistente política de apaziguamento. O tempo de concessões e de ceder à chantagem a Hitler havia chegado ao fim. “A mudança de atitude inglesa, em março de 1939, não conteria a escalada da violência” (SARAIVA, 2008, p. 165). A paciência e a desconfiança inglesa em relação à Hitler seguiriam durante o fatídico ano de 1939. A opinião pública inglesa não toleraria mais nenhuma concessão. Os ingleses interpretaram as intenções de Hitler com o objetivo de abertura ao “espaço vital” a leste.

Destaca-se que em março de 1939, menos de seis meses após o Acordo de Munique, a Alemanha ocupou o resto da Tchecoslováquia. “A porção tcheca tornou-se protetorado alemão; a Eslováquia foi designada estado tecnicamente independente, mas satélite alemão” (KISSINGER, 1999, p. 339).

A ocupação da Tchecoslováquia foi um *turning point* nas relações entre ingleses, franceses e a Alemanha de Hitler. A partir de então, o entendimento era que Hitler não buscava a autodeterminação e o revisionismo de Versalhes, mas sim a dominação da Europa.

A política de apaziguamento e de flexibilidade das democracias liberais europeias (França e Inglaterra) transformou-se em intransigência. A partir daí, a Segunda Guerra Mundial era questão de tempo – “a menos que Hitler ficasse quieto, o que para ele psicologicamente impossível” (KISSINGER, 1999, p. 341).

Na próxima seção, apresentaremos dados das três potências europeias na década de 30, a inflexão na política de apaziguamento de ingleses e franceses a partir de Munique (1938), a invasão da Tchecoslováquia (março de 1939) e o início da II Guerra Mundial.

E desenvolveremos algumas análises a partir de três aspectos:

a) A política de apaziguamento e acomodação foi um fracasso? Era um esforço idealista wilsoniano? Era um instrumento diplomático necessário e fundamental para a manutenção do Império britânico já em decadência?

b) A situação das três potências em circunstâncias diplomáticas, militares e econômicas (Inglaterra, França e Alemanha) no biênio 1938-1939;

c) A II Guerra Mundial era inevitável? O dilema era aceitar a dominação alemã sem resistir aos nazistas ou resistir que tornaria inevitável a guerra mais cedo ou mais tarde?

2.2 Munique, a invasão da Tchecoslováquia e a inevitabilidade da II Guerra Mundial

Nesta seção, trataremos de discutir a situação das três potências envolvidas em Munique (Alemanha, Grã Bretanha e França) em circunstâncias diplomáticas, militares e econômicas. O objetivo é apresentar aspectos que reforçam a hipótese que a II Guerra Mundial era inevitável principalmente diante da política externa alemã caracterizada como hostil, agressiva e expansionista e a inflexão na política de apaziguamento de britânicos e franceses.

Alemanha

De acordo com Paul Kennedy (1989), a Alemanha não estava militarmente tão forte, no biênio 1938-1939, quanto Hitler dizia e a Inglaterra e a França temiam. Paul Kennedy (1989, p. 297) pontua:

O exército da ativa, que dizia dispor de 2,75 milhões de homens no início da guerra, tinha pequeno número de divisões móveis, bem armadas, e uma lista muito longa de divisões de reserva mal equipadas; oficiais e suboficiais experientes eram quase totalmente absorvidos pela necessidade de treinar essa massa de soldados novos. Os estoques de munições eram pequenos. Até mesmo as famosas unidades panzer tinham menos tanques do que os totais anglo-franceses ao início das hostilidades. A marinha, que planejava uma guerra em meados de 1940, descrevia-se como “armada de maneira totalmente inadequada para o grande conflito com a Grã-Bretanha” – um

resumo justo da situação relativa a naviosde guerra de superfície, mesmo que os submarinos fossem ajudar a restabelecer o equilíbrio. Quanto à Luftwaffe, era forte principalmente porque seus inimigos eram cronicamente fracos – mas sofreu da faltade reservas e serviços de apoio. Nas crises internacionais de fins de 1930 ela nunca foi tão poderosa quanto seus adversários imaginavam – e tanto a sua indústria de aviões como suas tripulações tiveram muitas dificuldades em se adaptarem à “segunda geração” de aviões. Por exemplo, o número de tripulações de aviões “totalmente operacionais” era menor do que as definidas como “linha de frente” durante a crise de Munique – e a simples ideia de bombardear Londres até a aniquilação era absurda. (KENNEDY, 1989, p. 297)

Embora a visão revisionista aponte determinadas fragilidades da “máquina de guerra” alemã para a guerra, em 1939. No entanto, a eficiência militar é relativa. As debilidades alemãs tinham devem ser medidas em comparação com as fragilidades de seus inimigos. Neste sentido, o quadro parece pender para Berlim, “especialmente devido à eficiência de suas forças armadas em doutrina operacional” (KENNEDY, 1989, p. 298).

Outro ponto fundamental é que na década de 30, as forças alemãs se rearmaram rapidamente. Isso representou uma tensão séria para a economia. Praticamente isso obrigava Hitler de recorrer à guerra para aliviar essas dificuldades econômicas:

A anexação da Áustria representou não apenas mais cinco divisões de tropas, algum minério de ferro e campos petrolíferos e uma considerável indústria metalúrgica, mas também 200 milhões de dólares em ouro e reservas de divisas estrangeiras. Os Sudetos foram economicamente menos úteis (embora tivessem jazidas de carvão), e em princípios de 1939 a posição do Reich em moedas estrangeiras era crítica. Não é de surpreender, portanto, que Hitler olhasse com cobiça o resto da Tchecoslováquia e corresse a Praga, em março de 1939, para examinar o butim, uma vez feita a ocupação. Além das reservas de ouro e moeda do banco nacional tcheco, os alemães apoderaram-se também de grandes estoques de minérios e metais, que foram logo usados para ajudar a indústria alemã; ao mesmo tempo, a grande e lucrativa indústria tcheca de armas podia ser agora explorada para obter divisas para a Alemanha, vendendo (ou trocando) seus produtos aos clientes balcânicos. Os aviões, tanques e armas do substancial exército tcheco também foram confiscados, em parte para equipar novas divisões alemãs, e em parte para serem vendidos em troca de divisas. Tudo isso, junto com a produção industrial da Tchecoslováquia, foi um grande estímulo para o poderio alemão na Europa, e permitiu a continuação do febril (embora um tanto imediatista) programa de rearmamento de Hitler – até a crise seguinte (KENNEDY, 1989, p. 298).

Outro ponto crucial levantado por Paul Kennedy (1989) é se a Alemanha manteria essa política agressiva e expansionista sem exceder-se nela? O rearmamento alemão exigia ditadura e a ditadura mais rearmamento. Ou seja, a política externa alemã de Hitler se baseava

em “dominar vizinhos fracos e conquistar novos territórios, matérias-primas e moedas” (KENNEDY, 1989, p. 298).

O regime nazista vivia da conquista, e Hitler foi levado de uma aquisição a outra, como e onde poderia fazer alto? A lógica de sua megalomania sugere que nenhum outro estado deveria constituir-se num desafio para a Alemanha na Europa, e possivelmente no mundo. Só assim seriam seus inimigos esmagados, o “problema judaico” resolvido, e o Reich dos Mil anos estabelecido em bases firmes (KENNEDY, 1989, p. 299).

A megalomania de Hitler – esquemas “fantásticos” de poder mundial e indiferença por todos os obstáculos que se opunham a eles – conduzia a situação para a II Guerra Mundial. Os ingleses perceberam que a Polônia seria o próximo alvo de Hitler. E quando a Alemanha exigiu a cidade livre de Dantzig e que agiria para obtê-la, a Grã Bretanha declarou que não

concordaria com esses termos e fez constar sua decisão numa aliança com a Polônia, ofertando-lhe “garantias”. Hitler avaliou a atitude inglesa em discordância com o tratado de não agressão de 1934. A França também ofereceu “garantias” à Polônia.

Vale mencionar que Dantzig era uma cidade inteiramente alemã, e seu *status* de cidade livre era equivalente ao princípio de autodeterminação utilizado como argumento para anexação do território dos Sudetos à Tchecoslováquia. Por que agora as democracias ocidentais demonstravam firmeza e eram intransigentes em relação a essas exigências alemãs? A resposta mais plausível é que a política de apaziguamento, de negociação de franceses e ingleses já tinha expirado. A forma de lidar com Hitler não seria mais baseada em instrumentos da diplomacia: flexibilidade e acomodação. A II Guerra Mundial era inevitável.

França

A posição da França e Grã Bretanha frente aos riscos da II Guerra Mundial eram difíceis. Havia muitas diferenças importantes entre elas, ambas eram democracias-liberais que sofreram durante a I Guerra Mundial; estavam sob pressão dos seus movimentos trabalhistas e tinham uma opinião pública que desejava evitar outro conflito.

Apesar de algumas semelhanças, a diplomacia de britânicos e franceses frequentemente discordavam da forma pelo qual o “problema alemão” devia ser tratado. Embora tivessem divergências quanto aos meios, França e Grã Bretanha eram potências a favor do *staus quo*.

No início da década de 30, era a França que parecia mais forte e influente, pelo menos no que se refere ao cenário europeu.

Naqueles anos ela dispunha do segundo maior exército entre as grandes potências (depois da União Soviética) e também da segunda força aérea (também nesse caso os totais russos eram maiores). Na diplomacia, era muito influente, em especial em Genebra e na Europa Oriental. Tinha sofrido severa turbulência econômica nos anos imediatamente posteriores a 1919, quando o franco teve de se reajustar aos fatos constrangedores de que já não podia esperar subsídios anglo-americanos e que as indenizações alemãs seriam muito inferiores ao esperado (KENNEDY, 1989, p. 300).

Um ponto de destaque da economia francesa é que após o Crash da Bolsa de Nova York, em 1929, a França pareceu a menos afetada – em virtude, principalmente das reservas de ouro e a posição de sua moeda, “e em parte por ser a economia francesa muito menos dependente do mercado internacional do que, digamos, a britânica” (KENNEDY, 1989, p. 300).

No entanto, a partir de 1933, a economia francesa entrou em colapso continuado. As exportações francesas se tornaram menos competitivas, o comércio exterior decaiu. Tudo isso era fruto de uma insistência inútil na valorização do franco – quando todos os demais países tinham abandonado o padrão ouro.

No setor agrícola, que ainda empregava metade da nação francesa e cujas rendas ainda eram as menos eficientes na Europa Ocidental, o excedente de produção mantinha os preços baixos e agravava a renda per capita, já baixa, tendência essa acelerada pelo retorno ao campo dos que perdiam seus empregos na indústria; a única vantagem (muito duvidosa) desse retorno à terra era que, como na Itália, disfarçava o verdadeiro nível do desemprego. A construção de casas caiu dramaticamente. As indústrias mais novas, como automóveis, estagnaram na França exatamente quando se recuperavam em outros países. Em 1938 o franco tinha apenas 36% do seu valor de 1928, a produção industrial francesa era de apenas 83% da produção de uma década anterior, a produção de aço era apenas 64%, a construção, 61%. Talvez o número mais terrível – tendo em vista as implicações para o poderio francês – foi o de sua renda nacional, que no ano de Munique era de 18% menos do que em 1929, e isso frente a uma Alemanha fantásticamente mais perigosa, e num momento em que o rearmamento maciço era vital (KENNEDY, 1989, p. 300).

Esses dados podem explicar o colapso da eficiência militar francesa na década de 1930. Os franceses aumentavam os seus gastos em defesa (em especial, com o exército) nos anos fiscais 1929-1930 e 1930-1931. Em 1934, as despesas com a defesa ainda representavam os 4,3% da renda nacional. Em 1937, a maior parte dos gastos de defesa destinava-se à

reparação das debilidades do exército e as novas fortificações. Paralelamente a isso, os alemães avançavam, tanto econômica como militarmente.

Era impossível à França reequipar satisfatoriamente as suas três forças armadas, mesmo quando, como em 1937 e 1938, gastou mais de 30% de seu orçamento com a defesa. Ironicamente, a ingrata marinha francesa foi provavelmente a mais bem atendida, e tinha em 1939 uma frota moderna e bem equilibrada – o que de pouco adiantava na defesa de um golpe alemão desfechado por terra. De todas as armas, a mais prejudicada foi a força aérea, que tinha deficiência crônica de recursos e era atendida por uma indústria aeronáutica dispersa, de pequena escala, produzindo apenas 50 ou 70 aviões por mês entre 1933 e 1937, cerca de um décimo do total alemão. Em 1937, por exemplo, a Alemanha construiu 5.606 aviões, ao passo que a França produziu apenas 370 (ou 743, dependendo da fonte usada). Só em 1938 o governo começou a destinar recursos para a indústria aeronáutica, produzindo com isso os inevitáveis congestionamentos que ocorrem com uma expansão súbita, para não falarmos da dificuldade de projetar – e fazer voar – provocadas pela adoção de aviões mais novos, de muito melhor desempenho. Os primeiros 80 dos promissores caças de Dewoitine 520 só foram aceitos pela força aérea em janeiro-abril de 1940, por exemplo, e seus pilotos estavam começando a praticar o seu uso quando a *Blitzkrieg* foi lançada (KENNEDY, 1989, p. 301).

Para a maioria dos historiadores, além das dificuldades econômicas e de produção, estavam problemas sociais e políticos de grande desafio.

A França estava chocada com as perdas humanas e materiais da Grande Guerra. Eo momento posterior, na década de 20 e 30 foi marcado por crises cíclicas econômicas, a sociedade dividida por grupos ideológicos, impostos mais altos e rearmamento.

A sociedade francesa via um “sério colapso no moral público e na coesão, com o alcançar dos anos 30” (KENNEDY, 1989, p. 302).

Longe de produzir uma *union sacré*, a ascensão do fascismo na Europa tinha causado – pelo menos à época da Guerra Civil Espanhola – uma maior divisão da opinião pública francesa, com a extrema direita preferindo (como cantavam pelas ruas) Hitler a Blum, e com muitos, entre a esquerda, avessos a um aumento nos gastos com armas e à proposta de revogação da semana de 40 horas. Esses choques ideológicos interagiam com a volatilidade dos partidos e a instabilidade crônica dos governos franceses entre as duas guerras (24 modificações entre 1930 e 1940), dando a impressão de uma sociedade que por vezes chegava à beira da guerra civil. Ser-lhe-ia no mínimo difícil enfrentar os atos ousados de Hitler e as manobras de diversão de Mussolini (KENNEDY, 1989, p. 302).

Para piorar as debilidades francesas, as relações entre civis e militares estava estremeçada. Isso enfraquecia a posição do exército francês na sociedade. Além de tudo isso, a

ISSN 2596-1314

| | | | | |
|--|------------|------------|----------|--------------|
| CAMPOS NEUTRAIS REVISTA LATINO-AMERICANA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS | Rio Grande | v. 3, n. 3 | p. 04-26 | Set-dez 2021 |
|--|------------|------------|----------|--------------|

atmosfera era de total desconfiança e angústia em relação aos líderes franceses. E, ainda havia toda uma série de debilidades específicas (KENNEDY, 1989, p. 302):

- 1) Não havia nenhum órgão entre o setor militar e civil do governo para um planejamento estratégico sistemático, ou mesmo para gerenciar as difusas opiniões das forças armadas;
- 2) As figuras centrais do exército – Gamelin, Georges, Weygand, Pétain, tinham uma idade avançada (60-70 anos), um espírito voltado para a defesa, eram cautelosos e não se interessavam em inovações táticas;
- 3) As figuras centrais do exército não procuraram nenhuma alternativa no uso das armas de guerra mais novas;
- 4) Ações coordenadas das várias forças armadas não eram praticadas;
- 5) Os problemas de controle na batalha e na comunicação (pelo rádio) não eram levados em consideração;
- 6) O papel da aviação era visto como irrelevante;
- 7) O serviço de informações francês produziu substantivo material sobre o que pensavam os alemães, mas tudo isso era ignorado;
- 8) Desdenhavam da eficácia do uso em grande escala de formações blindadas, como era praticado nas manobras alemãs desde o final de década de 20;
- 9) Todos os exemplares das traduções do *Achtung Panzer* de Guderian, mandado ao acervo bibliográfico de todos os quartéis franceses, não foram lidos;
- 10) A indústria francesa produziu tanques de altíssima qualidade (SOMUA-35), porém, não havia uma doutrina adequada a seu uso;
- 11) Na inevitabilidade da II Guerra Mundial – como reiterado no presente paper – todas essas falhas de comando e treinamento conduziram ao fracasso francês.

O cenário francês se agravava. A diplomacia francesa, que foi bem sucedida nos anos que antecederam a 1º Guerra Mundial, não teve o mesmo desempenho na década de 1930. As alianças com os países centrais e do leste europeu pouco fortaleciam a capacidade francesa de negociação frente ao expansionismo alemão na Europa Oriental.

Na crise de Munique (1938), os líderes franceses se arrependiam do comprometimento com os tchecos. E no final das contas, quando o acordo de Munique foi assinado, o governo

francês percebeu que a União Soviética não levava a sério o pacto franco-russo de 1935. Não restava alternativas à França senão o desesperado e integral apoio dos britânicos. Havia razões econômicas para isso.

A França dependia muito da importação de carvão (30%), cobre (100%), petróleo (99%) e outras matérias primas vitais, muitas das quais vinham do Império Britânico e eram transportadas pela frota mercante britânica. Se houvesse “guerra total”, o debilitado franco poderia necessitar novamente da ajuda do Banco da Inglaterra para andar pelo mundo; na verdade, em 1936-1937 a França já se sentia muito dependente do apoio financeiro anglo-americano. Inversamente, só com a ajuda da marinha inglesa poderia a Alemanha ser mais uma vez isolada de seus fornecedores além-mar. Em fins da década de 1930, a assistência da Royal Air Force, a força aérea inglesa, era também necessária – bem como disse, havia uma lógica a longo prazo na política francesa de passivismo estratégico; supondo que qualquer ataque alemão pelo oeste poderia ser detido como em 1914, os recursos superiores dos impérios anglo-francês acabariam se impondo – e sem dúvida também forçariam à recuperação dos territórios tcheco e polonês, temporariamente perdidos no leste (KENNEDY, 1989, p. 303).

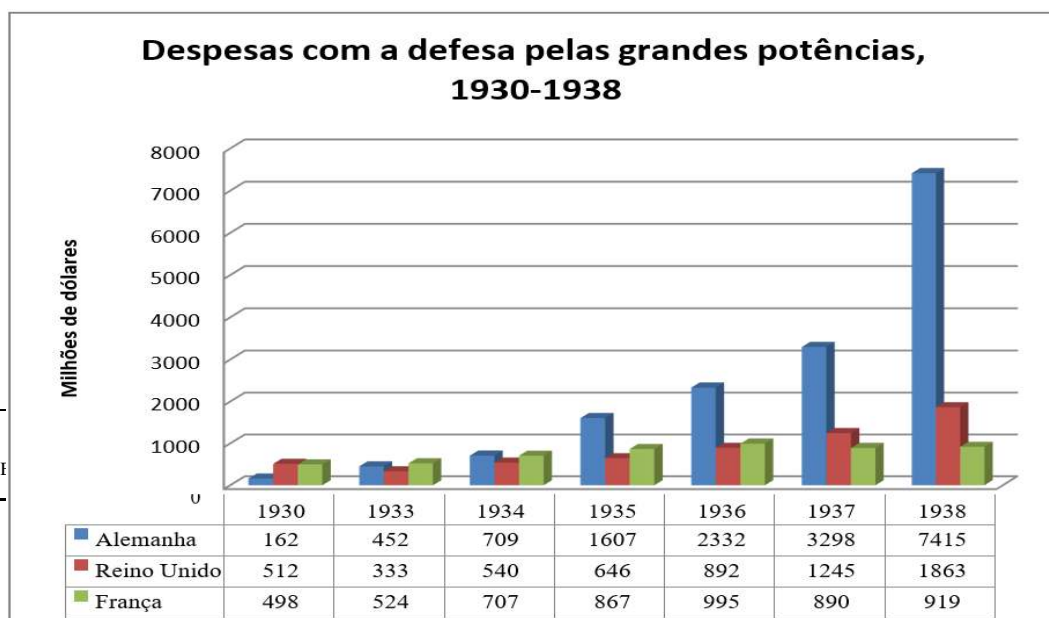
Vale mencionar que desde o fim da Primeira Guerra Mundial, os ingleses insistiam que os franceses adotassem uma política externa mais flexível e conciliatória com os alemães. Os ingleses criticavam a intransigência gaulesa e tinham pouca simpatia pelo dilema de segurança francês. A Grã Bretanha não aprovava os compromissos militares franceses com os países da Europa oriental. E quando a cooperação inglesa-francesa se tornou mais intensa, os ingleses pressionaram Paris para que abandonasse tais obrigações. Somente em 1939, às vésperas da II Guerra Mundial, que os dois países tiveram uma aliança militar adequada, contudo, as desconfianças mútuas políticas não desapareceram.

Grã Bretanha e a política do apaziguamento

Nos princípios da década de 1920, A Grã Bretanha cortou suas despesas com a defesa,

exat
ame
nte
qua
ndo
as
dita

RI



2596-1314

2021

Munique (1938) e as trompetas do Apocalipse anunciam a II Guerra Mundial
José Renato Ferraz da Silveira
Gideon Henrique Gonçalves Maciel

duras estavam começando a aumentar as suas.

Fonte: Despesas com a defesa pelas grandes potências, 1930-1938. Elaboração própria.

Só em 1936, depois de vários anos de estudos das “deficiências defensivas” do país, e o duplo choque do rearmamento às claras de Hitler, seguido da crise da Abissínia, o dispêndio britânico com as forças armadas teve o seu primeiro aumento substancial. Ainda assim, as verbas daquele ano foram inferiores às da Itália, e apenas um terço, ou um quarto, das despesas da Alemanha. Mesmo naquela fase, os controles do Tesouro e as preocupações dos políticos sobre a opinião interna impediram um rearmamento completo, que só começou realmente no ano crítico de 1938. Muito antes dessa data, porém, as forças armadas advertiram sobre a impossibilidade de proteger “nosso comércio, território e interesses vitais contra a Alemanha, Itália e Japão ao mesmo tempo”, e instando o governo a “reduzir o número de nossos inimigos em potencial e conseguir o apoio de aliados potenciais (KENNEDY, 1989, p. 306).

Ou seja, a Grã Bretanha reconhecia e tinha igual consciência de suas debilidades financeiras e estratégicas.

Financeiramente, conforme afirma Hobsbawm (1995), os britânicos não podiam se dar o luxo de outra guerra. Não tinham nada a ganhar com outra guerra, e muito a perder.

| Renda nacional das potências em 1937 e gasto porcentual com a defesa | | |
|---|-----------|-----------------------------|
| Renda Nacional (bilhões de dólares) | | Porcentual da defesa |
| Estados Unidos | 68 | 1,5% |
| Império Britânico | 22 | 5,7% |
| França | 10 | 9,1% |
| Alemanha | 17 | 23,5% |
| Itália | 6 | 14,5% |
| URSS | 19 | 26,4% |
| Japão | 4 | 28,2% |

Fonte: Renda nacional das potências em 1937 e gasto porcentual com a defesa. Elaboração própria.

Estrategicamente, “não tinham mais uma marinha capaz de operar ao mesmo tempo nos três grandes oceanos e no Mediterrâneo” (HOBBSAWM, 1995, p. 154).

De fato, a preocupação essencial não era o que acontecia na Europa, “mas como manter inteiro, com forças claramente insuficientes, um império global maior do que jamais existira, mas também e visivelmente à beira da decomposição” (HOBBSAWM, 1995, p. 154).

Potencial bélico relativo das potências em 1937

| | |
|--------------------|--------------|
| Estados Unidos | 41,7% |
| Alemanha | 14,4% |
| URSS | 14,0% |
| Reino Unido | 10,2% |
| França | 4,4% |
| Japão | 3,5% |
| Itália | 2,5% |

(Sete potências 90,5%)

Fonte: Potencial bélico relativo das potências em 1937. Elaboração própria.
Como pondera Kennedy (1989, pp. 304-305):

Em termos rigorosamente militares, eram as atividades de “policimento imperial” em que o exército britânico e também a RAF (Royal Air Force) estavam empenhados na Índia, Iraque, Egito, Palestina e outros lugares. Durante grande parte dos anos entre as duas guerras, na verdade, o exército britânico viu-se reconduzido a um papel vitoriano: a ameaça russa à Índia era considerada como o maior perigo estratégico (embora bastante abstrato); e manter os nativos calmos era uma operação cotidiana. Finalmente, esse aspecto imperial da estratégia geral britânica era muito reforçado pela obsessão da Royal Navy com envio de “uma esquadra a Cingapura” e com a justificada preocupação de Whitehall em defender suas distantes e vulneráveis possessões contra os japoneses. (KENNEDY, 1989, pp. 304-305)

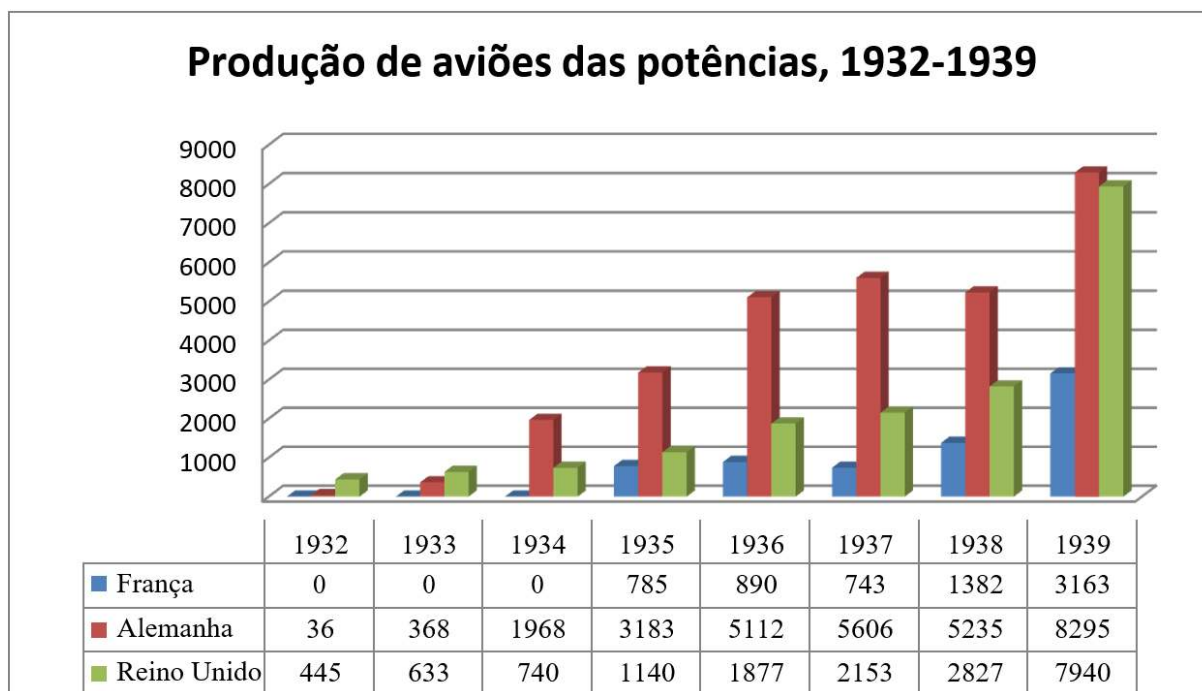
Afinal, o que era a diplomacia de apaziguamento (appeasement)? A diplomacia de apaziguamento era fundamental e “obrigatória” para os britânicos? Era o reconhecimento que o império estava economicamente e estrategicamente enfraquecido? Eles não possuíam vantagens efetivas militares para proteger contra as iminentes ameaças no Extremo Oriente, Mediterrâneo e na própria Europa?

De fato, a política de apaziguamento foi necessária e fundamental para a tentativa de preservação, manutenção e integridade do império britânico. Ela reconhecia os fracassos das negociações de Versalhes e compreendia que a Alemanha deveria reparar as injustiças cometidas por lá. A política de apaziguamento continha elementos do idealismo wilsoniano – moralidade nas relações internacionais e fortalecimento do direito internacional – e também reconhecia a fragilidade financeira e militar do império britânico frente às ameaças e hostilidades do mundo que se descortinava ao final da década de 30.

A política de apaziguamento tratava-se, portanto, do desejo de manter o *status quo* de 1919.

No entanto, os britânicos sabiam que esse *status quo* era instável e impossível deser

mantido. A política mais “adequada”, “prudente” e “sábua” era negociar com a Alemanha de Hitler. Fazer concessões e evitar um novo conflito. Os chefes do estado-maior britânico achavam que em nenhum teatro de guerra estrangeiro, a Grã Bretanha era bastante forte. Essa constatação pessimista era reforçada com o alarmante crescimento da Luftwaffe.



Fonte: Produção de Aviões das potências, 1932-1939. Elaboração própria.

A Grã Bretanha tinha sido ultrapassada no ar pela Alemanha em 1936-1937. O pequeno exército britânico de serviço prolongado pouco podia fazer na Europa continental. A marinha era incapaz de controlar as águas europeias e mandar uma esquadra para Cingapura. Por outro lado, as alianças potenciais sugeridas pelos chefes do estado-maior estavam difíceis. O Japão e a Itália deixaram de ser aliados e tornaram-se inimigos. A Rússia estava num isolamento político e desconfiava da Grã Bretanha e da França. Os Estados Unidos evitavam qualquer compromisso político e militar. Só restava a França e o resto do Império Britânico.

As necessidades diplomáticas da França, porém, levaram a Inglaterra a assumir compromissos na Europa Central, que tinham a oposição dos domínios e que toda estrutura da “defesa imperial” era incapaz de manter. Por outro lado, as preocupações extra-europeias do império desviavam atenções e recursos necessários para conter a ameaça alemã. Em consequência, durante a década de 1930 os ingleses viram-se empenhados num dilema diplomático e estratégico global para o qual não havia solução satisfatória (KENNEDY, 1989, p. 307).

Logo, os determinantes da política britânica de apaziguamento mantinham-se por “obrigação”, convicção e uma persistente disposição. Confiavam em aproximações com o regime nazista. Mesmo com as críticas e políticas alternativas propostas por Churchill e outros críticos, Baldwin e Chamberlain e seus seguidores mantinham-se firmes no apaziguamento até a crise de Munique. Churchill e outros críticos da política de apaziguamento eram sistematicamente neutralizados e censurados. Chamberlain considerava que o governo deveria seguir (e não liderar) a opinião pública. Outras possibilidades de modificar as determinantes da política de apaziguamento eram negligenciadas e o cálculo de poder estava desequilibrado:

- a) Havia uma aversão ao comunismo e a possibilidade de ter a Rússia como aliada potencial era desprezada;
- b) Os Estados vulneráveis da Europa oriental, Polônia e Tchecoslováquia, eram vistos como um peso morto;
- c) Falta de simpatia pelos problemas da França;
- d) O poderio da Alemanha e Itália era sempre exagerado (à base de precárias evidências);
- e) As debilidades defensivas eram vistas como razão para inação.

Há um ponto crucial que deve ser levado em questão. As realidades econômicas e estratégicas dos britânicos, da década de 1930, impediam qualquer mudança de atitude e mesmo com a mudança do primeiro ministro não haveriam grandes alterações na condução da política externa. Por exemplo, os chefes do estado-maior insistiam em aumentos maciços dos gastos com a defesa, no entanto, o Tesouro argumentava que essas despesas seriam ruinosas.

Quando os gastos da Grã Bretanha com a defesa aumentaram ainda mais – grosseiramente, de 5,5 do PNB em 1937 para 8,5% em 1938, e 12,5% em 1939 – sua delicada economia também começou a sofrer. Mesmo quando o dinheiro era liberado para aumentos de armas, a inadequação do parque industrial britânico e a escassez crítica de pessoal especializado retardou a esperada produção de aviões, tanques e navios. Mas isso, por sua vez, levou as forças armadas a fazer encomendas cada vez maiores de lâminas de aço, rolamentos e outros itens aos países neutros como a Suécia e os Estados Unidos, que constituíram um novo ônus sobre as reservas em moeda estrangeira e o balanço de pagamentos. Quando as reservas de ouro e dólares do país diminuíram, seu crédito internacional ficou mais abalado do que nunca. “Se estivéssemos sob a impressão de que somos tão capazes de travar uma guerra prolongada como em 1914”, observou friamente o Tesouro em

Munique (1938) e as trompetas do Apocalipse anunciam a II Guerra Mundial
José Renato Ferraz da Silveira
Gideon Henrique Gonçalves Maciel

resposta a novas medidas de rearmamento em abril de 1939, “estariamos enterrando a cabeça na areia. Não era uma previsão agradável para uma potência cujos planejadores estratégicos não acreditavam na possibilidade de vencer uma guerra curta, mas de alguma forma esperavam sair-se melhor num conflito prolongado(KENNEDY, 1989, p. 308).

Por fim, quando houve enrijecimento da política em relação à Alemanha e a substituição de Chamberlain por Churchill em maio de 1940, “resolveram” os dilemas estratégicos e econômicos da Grã Bretanha. “Tanto o apaziguamento como o anti-apaziguamento encerravam desvantagens: havia apenas a escolha de um mal menor” (KENNEDY, 1989, p. 308). Quando em 1939, os britânicos escolheram não ceder mais ao jogo de pressão de Hitler e já não seguiam mais a política de apaziguamento, o cenário era desfavorável.

3. Considerações finais

Entre 1914-1918, 60 milhões de europeus lutaram naquele que, até então, havia sido o maior conflito da história e que ficou conhecida como “A Grande Guerra”. 10 milhões morreram. 21 milhões voltaram gravemente feridos ou aleijados. Em 1938, aquelas memórias de horror à Guerra ainda eram muito vivas.

Munique foi um acordo de apaziguamento que procurava evitar um novo conflito entre as democracias liberais contra a Alemanha. Tentava-se evitar uma guerra “a todo custo” fazendo oferta a quem buscava o confronto. Mal sabiam que as decisões tomadas em Munique eram decisões pré-Segunda Guerra Mundial.

Britânicos e franceses avaliaram que ceder à chantagem de Hitler em relação aos Sudetos era justificável e perfeitamente viável. E que não valeria entrar em guerra pela Tchecoslováquia. Nas palavras de Neville Chamberlain: “um país distante do qual pouco sabemos”. No entanto, para os contemporâneos de 1938, Munique não “foi um mau acordo”. Os britânicos não tinham condições financeiras e militares para uma nova guerra. A Inglaterra saiu da 1ª Grande Guerra empobrecida e com mais problemas para administrar. O Império britânico ocupava um quarto do mundo. Mas não chegava a 10% da capacidade de produção bélica. Itália e Japão deixaram de serem aliados e tornaram-se inimigos. Dos possíveis aliados potenciais para os britânicos restava somente a França. Dessa forma, a política de apaziguamento era fundamental e “obrigatória” para manter a integridade do Império britânico.

Por outro lado, os franceses adotaram a política de apaziguamento, pois, além de temer uma nova guerra contra a Alemanha, era uma forma de aproximação com os britânicos. Os franceses adotaram uma política externa cautelosa, “prudente”, reativa e passiva.

Por fim, Munique ficou conhecido como uma aberração diplomática. Contudo, a partir dali, franceses e britânicos abandonariam essa política de flexibilização.

Atualmente, os líderes citam sempre o premiê inglês Neville Chamberlain coimo exemplo do apaziguamento inútil. Churchill disse em um de seus discursos sarcásticos: “A Chamberlain foi oferecida uma opção entre a guerra e a desonra. Ele escolheu a desonra etirá uma guerra de qualquer jeito”.

De fato, quase um ano após o acordo de Munique, teríamos a ocorrência da 2ª Guerra Mundial. Ficou provado, como afirma Hobsbawm (1995, p. 155) que acordo e

Munique (1938) e as trompetas do Apocalipse anunciam a II Guerra Mundial
José Renato Ferraz da Silveira
Gideon Henrique Gonçalves Maciel

negociação eram impossíveis com a Alemanha de Hitler, porque os objetivos políticos dela eram irracionais e ilimitados.

Referências bibliográficas

HARRIS, Robert. Munique. Trad. Braulio Tavares. 1 ed. Rio de Janeiro, Alfaguara, 2018.

HOBSBAWM, Eric J. Era dos Extremos: o breve século XX. Trad. Marcos Santarrita. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

KENNEDY, Paul. Ascensão e queda das grandes potências: transformação econômica e conflito militar de 1500 a 2000. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro, Elsevier, 1989.

KISSINGER, Henry. Trad. Saul S. Gefter e Ann Mary Fighiera Perpétuo. 2 ed. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1999.

MCDERMOTT, K. Communist Czechoslovakia, 1945-89: a political and social history. London: Palgrave Macmillan, 2015.

SARAIVA, José Flávio Sombra (org). História das Relações Internacionais contemporâneas: da sociedade internacional do século XIX à era da globalização. São Paulo: Saraiva, 2008.